2le

COMARCA DE PORTO ALEGRE-RS.

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS - 2º JUIZADO.

PROCESSO Nº 00114414544.

PEDIDO DE FALÊNCIA - DECRETAÇÃO.

REQUERENTE: MASSA FALIDA DE COMPANHIA DOSUL DE ABASTECIMENTO.

REQUERIDA: GRANJA CARMELA LTDA.

PROLATOR: JORGE LUIZ LOPES DO CANTO.

DATA: 18-09-2003.

## VISTOS ETC.

1.1. A MASSA FALIDA DE COMPANHIA DOSUL DE ABASTECIMENTO., já qualificada, através de seu Síndico, ingressou perante este Juízo com o presente pedido de declaração judicial da falência de GRANJA CARMELA LTDA., sob o argumento de que a autora é sócia majoritária e controladora da referida empresa, e argumentando no sentido de justificar a sua pretensão.

1.2 Com a inicial, juntou os documentos

de fls.5/24.

1.3 Vieram-me os autos conclusos.

## II - FUNDAMENTAÇÃO.

2.1 Trata-se de pedido de falência, regularmente instruído, no qual entendo estarem comprovados os requisitos previstos na Lei de Quebras, tendo em vista que a documentação inserta nos autos é suficiente para provar o estado de insolvência da requerente e a impossibilidade de saldar seus débitos oportunamente.

2.2 Por outro lado, em se tratando a demandada de sociedade cuja sócia majoritária e controladora teve reconhecido o seu estado de insolvência, esta situação por si só autoriza a decretação da quebra, na medida em que objetivamente está demonstrado o estado econômico deficitário da mesma.

2.3 A par disso, os requisitos processuais atinentes à competência, legitimidade no pólo ativo e representação da referida sociedade foram adequadamente atendidos na exordial, posto que a massa falida tem o direito de pleitear a quebra de sua controlada, uma vez que a constituição desta nova situação jurídica não acarreta a perda do direito societário que possuía anteriormente a presentante da requerente.





- 2.4 Assim, no caso em exame, restou evidenciada a necessidade do encerramento das atividades negociais da empresa controlada pela falida, que não possui mais lastro econômico para prosseguir em sua atividade comercial, o que se revela vantajoso para o conjunto dos credores da postulante, que terão seus créditos habilitados no concurso a ser instaurado.
- 2.5 Dessa forma, é de ser decretada a falência na forma requerida, o que inclusive está autorizado com base não só no art. 8° da Lei de Quebras, como também no art.48 do mesmo diploma legal.

## III - "DECISUM".

- 3.1 ANTE O EXPOSTO, face às razões antes expendidas, DECRETO A FALÊNCIA de GRANJA CARMELA LTDA., já qualificada, com fulcro nos arts. 8° da Lei de Quebras, declarando aberta a mesma na data de hoje, às 14 horas e determinando o que segue:
- a) Nomeio Síndico o Dr. JOÃO FERNANDO horas;
- b) As execuções existentes contra a requerente ficarão suspensas, exceto as com datas de licitações já designadas, vindo o produto em benefício da massa, sendo que aquelas onde houve concurso de litisconsortes passivos, prosseguirão quanto a estes, bem como os executivos fiscais;
- c) Cumpra o Sr. Escrivão as diligências estabelecidas em lei, em especial, as dispostas nos arts. 15 e 16, § único, da Lei 7.661/45;
- d) Fixo o prazo de vinte (20) dias para lências;
- e) Declaro como termo legal a data de data de ingresso deste pedido em Juízo.
  - f) Arrecade-se os bens da requerente;
- g) Intimem-se os sócios da Falida para que cumpram o disposto no art. 34 da Lei de Quebras, em 24 horas, sob pena de serem conduzidos a Juízo para tanto;
- h) Determino a indisponibilidade dos bens dos sócios gerentes ou administradores da requerente até que seja concluído o inquérito judicial, oficiem-se aos Registros Imobiliários e Departamento de Trânsito para tanto.



Nomeio perito o Dr. Marçal Massaferro j.) de Andrade e leiloeiro o Sr. Rubem Garcia.

j) to desta Capital.

Comun ique-se aos Cartórios de Protes-

Publique-se, registre-se e inti-

mem~se.

Alegre, 18 de setembro de 2003. Porto

LUIZ LOPES DO CANTO, Juiz de Direito. JORGE

HEURE ER RUNNTO